

PROJETO (1º/2023)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

PROGRAMA (). **PROJETO (X)**. CURSO (). OFICINA (). EVENTO ().
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (). AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL ()

Área Temática: Direito Digital

Linha de Extensão: O Judiciário Brasileiro e a prestação jurisdicional nos novos tempos e seus desafios, perante indivíduos que possuem dificuldades ao acesso à tecnologia .

Local de implementação : TJDFT - Tribunal do Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Praça Municipal, Lote 1, Fórum Milton Sebastião Barbosa, Brasília-DF, 70094-900.

Contato: ouvidoria@tjdft.jus.br; tjdft.jus.br/ouvidoria/formulario-eletronico

TÍTULO: “ACESSO A DIGITALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO MEIO CONTEMPORÂNEO E OS SEUS DESAFIOS.”

2. Identificação dos Autores e Articuladores

CURSO: Direito

Coordenador de Curso: Adalberto Nogueira Aleixo

Articuladora e Orientadora: Francielle Vieira Oliveira (Direito Digital)

Alunos/Equipe:

(Equipe 2)

Nome/Matrícula/Contato:
Danilo Marques Chamiço Caetano Matrícula: 2013180000158 E-mail:: lilochamico@gmail.com
Erick Rodolpho Rondelli Monteiro Matrícula: 2013180000056 E-mail::erickmonteiro155@gmail.com
Juan Gabriel Domingues Ferreira Matrícula: 2023180000027 E-mail: juangabrieldf@gmail.com
Laryssa Gonçalo de Andrade Matrícula: 23131810000035 E-mail:: laryssasnt@outlook.com
Roberta Karen Rodrigues Borges Gonçalves Matrícula: 2013180000223 E-mail: karenroberta669@gmail.com
Byanca Flausino de Souza Matrícula: 2113180000143 E-mail:: byancasouza470@gmail.com

3. Desenvolvimento

Fundamentação Teórica:

No Brasil, além de reflexo da justiça social, o serviço judiciário deve ser prestado sem preconceitos, procurando eliminar qualquer distância entre o juiz e o indivíduo para que o sistema seja acessível a todos no quadro de uma justiça universal e integrativa que é, por definição, o mais fundamental dos direitos humanos.

Ocorre que, no contexto social atual, não há outra forma de se ter um Judiciário eficaz e célere se ele se distanciar do processo de modernização fenomenológica dos meios virtuais.

Com isso, o mundo passa por uma revolução tecnológica nunca antes vista, e é fundamental que o ordenamento jurídico acompanhe todo esse movimento inovador e se adapte para evitar a obsolescência. Sendo assim, uma oportunidade de fortalecer o processo institucional de confiança no Judiciário, por meio do fortalecimento de ações inclusivas, concebidas de acordo com a diversidade socioeconômica e as necessidades do público-alvo.

Reforçar a reputação do poder judiciário conferindo-lhe maior capacidade de resposta e sentido de proximidade às suas populações-alvo coloca forte ênfase no dever de proteção dos mais vulneráveis, e abdicar deste dever implica, em última análise, um distanciamento do princípio ontológico valor da justiça.

Com base nisso, é claro que uma parcela considerável da população continua sendo privada de direitos no que diz respeito ao acesso a plataformas de comunicação específicas. Tudo isso envolve questões mais complicadas, a começar pelo pressuposto de que as condições socioeconômicas afetam diretamente o acesso dessas cidades ao mundo digital.

Nesse sentido, o judiciário deve estar atento para não perder de vista o significado que fundamenta o objetivo de manter suas funções fundamentais, ou seja, a conquista da paz e do bem-estar social, que precedem, inspiram e devem servir de guia para todas as iniciativas de inovação e transformação da atividade judiciária.

Portanto, como o objetivo do processo é simplificar as entradas, a instrumentação do processo deve ser mais dominante do que qualquer outra coisa no ambiente virtual. E acima de tudo: com a adoção de uma linguagem mais acessível e facilmente assimilável.

Apresentação:

Com o objetivo de buscar formas para combater e solucionar a problemática da dificuldade da inclusão digital no acesso à justiça, é preciso implementar metas adequadas, tendo como base redações do TJDFT e do CNJ, além de artigos publicados em revistas. O presente estudo buscará debater e incluir o acesso à justiça de forma simples, agregando valor à sociedade para uma constante evolução.

Justificativa:

O referente trabalho tem por objetivo tratar sobre a inclusão digital no meio contemporâneo, inserindo dentro da digitalização da justiça, apresentando metodologias e instrumentos que facilitem a utilização por parte das pessoas dentro dos meios digitais, buscando também compreender as dificuldades das pessoas frente a digitalização da justiça e a propagação de soluções viáveis para os indivíduos.

Objetivos

Geral:

- Tratar sobre a inclusão digital nos dias atuais, as suas respectivas formas e serviços utilizados, as dificuldades e facilidades frente a sociedade e o seu impacto no meio jurídico.

Específicos:

- Realizar uma instrução didática para auxiliar as pessoas a acessarem audiências, resolverem conflitos pelos meios digitais, buscando criar um passo a passo com linguagem simples e compreensiva para todos os grupos de pessoas.

- Elaboração de um questionário visando obter o máximo de informações pertinentes, relacionadas a inclusão digital, e as suas dificuldades e facilidades no meio jurídico e na realização de outras tarefas.
- Construção de um folder buscando tratar sobre a inclusão digital no âmbito do processo de digitalização da justiça, visando a facilitação do acesso por parte das pessoas.

Metas:

- Realização de um folder buscando ajudar as pessoas a acessarem a justiça por meios digitais;
- Construção de um fichário com perguntas diretas e práticas referente a inclusão digital;
- Coleta de dados relacionados às dificuldades das pessoas frente aos meios digitais ;
- Ajudar o máximo de pessoas possíveis a conseguirem ter facilidades em relação aos meios digitais e a digitalização da justiça.

Resultados esperados:

- Facilitar o acesso à justiça nos dias atuais através da internet;
- Ajudar o máximo de pessoas a terem contato com os meios digitais
- Suprimir dúvidas relacionadas ao acesso a digitalização digital da justiça;
- Buscar a expansão de medidas referente a digitalização da justiça;
- Estimular as pessoas a aderirem os meios digitais como umas das soluções para resolução de problemas referentes às causas judiciais.

Metodologia:

A metodologia que será aplicada tem como base o método quantitativo, pois com a elaboração de um questionário e posteriormente com as devidas entrevistas com o público alvo, visamos obter o máximo de informações pertinentes, relacionadas à inclusão digital e as suas dificuldades no meio jurídico.

Cronograma de execução:

Evento	Período	Observação
Início do trabalho	24/03/2023	Buscou-se um tema específico para a realização do projeto; definição do campo de pesquisa, fundamentação e embasamento teórico; passo a passo sobre a contribuição de cada indivíduo.
Apresentação do esboço e roteiro do presente projeto	31/03/2023	Montagem e debate sobre o início da pesquisa a ser realizada no google forms; viabilização do folder a ser apresentado para ajudar no acesso ao meio digital;
Discussão sobre o andamento do fichário a ser realizado no campo de pesquisa	07/04/2023	Começa da coleta de dados das pessoas entrevistadas. formatação e Início da escrita com embasamento teórico deste projeto
Apresentação para professora sobre o projeto	14/04/2023	Realizar novos debates sobre o andamento do trabalho, viabilizando o que pode ser melhorando objetivando sempre a eficiência da pesquisa
Folder	21/04/2023	Discussão sobre o folder sobre como está ajudando as pessoas e

		se há algo a melhorar para finalizar a pesquisa;
Avaliação Prévia	28/04/2023	Entrega da prévia do trabalho à professora.

Considerações finais:

O presente projeto reaviva as esperanças de um Judiciário que caminha ao lado de seus usuários, ainda que digitalmente, e se preocupa em ser mais do que uma linha de decisão e sentença.

Experiências recentes mostram que a estruturação de mecanismos tecnológicos na prestação jurisdicional tem se mostrado muito promissora, especialmente à luz da pandemia de COVID-19, que exigiu rápida inovação e reformulação para atender os jurisdicionados, sem deixar de levar em consideração as necessidades e interesses dos envolvidos no conflito, ou então ignorando o elemento humano presente em cada demanda apresentada.

Nessa situação, a internet deve ser vista como uma ferramenta poderosa para a democratização dos serviços jurídicos. Portanto, o acesso à justiça deve ser aprimorado e ampliado, utilizando as plataformas virtuais disponíveis para ampliar seu alcance e atingir um número cada vez maior de pessoas

Mas, para isso, algumas práticas devem ser implementadas, como realizações de campanhas de mídia social para o esclarecimento de direitos e o próprio funcionamento do judiciário e a simplificação da linguagem que desburocratiza todo o sistema.

Referências bibliográficas:

ATHENIENSE, Alexandre. **A inteligência artificial e o direito: como a computação cognitiva impactará nas atividades dos profissionais do direito**. Jus Brasil, 2016. Disponível em: <https://alexandre-atheniense.jusbrasil.com.br/artigos/467690643/a-inteligencia-artificial-e-odireito>. Acesso em: 17.abril.2023.

Bobbio, Norberto. **Igualdade e liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediuoro, 2002. p. 96.

Grinover, Ada Pellegrini. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias. In Doutrinas Essenciais de Arbitragem e Mediação, Volume VI, 2014

LOPES, Alan Moreira. LEI 12.965, DE 23.04.2014 - **ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DA INTERNET NO BRASIL (MARCO CIVIL DA INTERNET)**. In: LOPES, Alan Moreira; TEIXEIRA, Tarcísio (Org.). Direito das Novas Tecnologias, legislação eletrônica comentada, mobile law e segurança digital. [livro eletrônico]. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2018.